

Relatório Anual 2012

Mensagem da Diretoria

LONGEVIDADE, REDUÇÃO NA TAXA DE JUROS E
DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Entenda os impactos que estes movimentos trazem para o seu futuro

Estudos indicam que vamos viver mais, graças aos avanços da medicina e à conscientização das pessoas quanto à importância da adoção de hábitos mais saudáveis para a sua vida. Isso quer dizer que precisaremos de mais recursos financeiros e um bom planejamento para suportar uma vida mais longa.

Este é um grande desafio! Afinal, acumular uma quantia que seja suficiente para suprir os anos a mais de vida que teremos, diante de uma época em que os juros estão cada vez menores não é algo tão simples e é preciso muita disciplina.

No Plano, de um lado está o participante com o papel de procurar manter o seu planejamento previdenciário e sempre aproveitar a vantagem de ter um Plano de Previdência. De outro lado está a Entidade, que tem a responsabilidade de cuidar dos recursos do Plano, procurando maximizar os resultados dos investimentos. E também existe o lado da Patrocinadora, que ao oferecer o plano de aposentadoria aos seus funcionários e realizar aportes mensais em nome do participante no plano, o auxilia, junto com a Entidade no complemento ao benefício do INSS e na busca de um futuro sustentável.



Por isto, a Previ Novartis tem acompanhado de perto o trabalho desempenhado pelos gestores dos investimentos, pois reconhece a importância do papel de cada um.

Em 2012, o desempenho financeiro obtido pela Entidade foi de 17,28%, bem acima do resultado alcançado pelos principais indicadores financeiros, como o CDI e o Ibovespa, que apresentaram, respectivamente, um retorno de 8,41% e 7,40% no ano.

Proporcionar segurança e tranquilidade aos nossos participantes é o nosso maior objetivo. Mas, lembre-se que o seu papel é fundamental neste processo!

Neste relatório anual, você encontra as informações completas, sobre os resultados da Previ Novartis e outros aspectos relevantes sobre o seu Plano de Aposentadoria.

Boa Leitura!

Diretoria Executiva

Índice

Glossário de documentos.....	4
Informações sobre as despesas com a administração dos planos	6
Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva	7
Perfil dos Participantes	8
Rentabilidade Mensal.....	9
Rentabilidade Acumulada em 2012 comparada com índices de mercado	10
Evolução do patrimônio líquido.....	11
Balanço Patrimonial Consolidado.....	12
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado.....	13
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.....	14
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício - Plano de Benefícios A	15
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício - Plano de Benefícios D	16
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício - Plano de Benefícios A.....	17
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício - Plano de Benefícios D.....	18
Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício - Plano de Benefícios A.....	19
Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício - Plano de Benefícios D.....	20
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	21
Informações sobre a Política de Investimentos.....	35
Resumo do Demonstrativo de Investimentos	36
Parecer Atuarial - Plano de Benefícios A.....	39
Parecer Atuarial - Plano de Benefícios D.....	48
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	57
Ata de Reunião do Conselho Fiscal	59
Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo.....	60



Glossário de documentos

Ata do Conselho Deliberativo

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

Balanco patrimonial

Balanco patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem dos recursos).

Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido (DMAL)

Demonstração da mutação do ativo líquido é o documento contábil elaborado para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial), de forma consolidada e também por plano de benefícios, a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o ativo líquido da Entidade.

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano (DOAP)

Demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

Demonstrativo de Investimentos

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado trimestralmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença

Glossário de documentos

entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

Parecer Atuarial

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

Parecer do Auditor Independente

Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e,

principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, fazendo constar todas as informações complementares que julgarem necessárias. O conselho fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da Entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

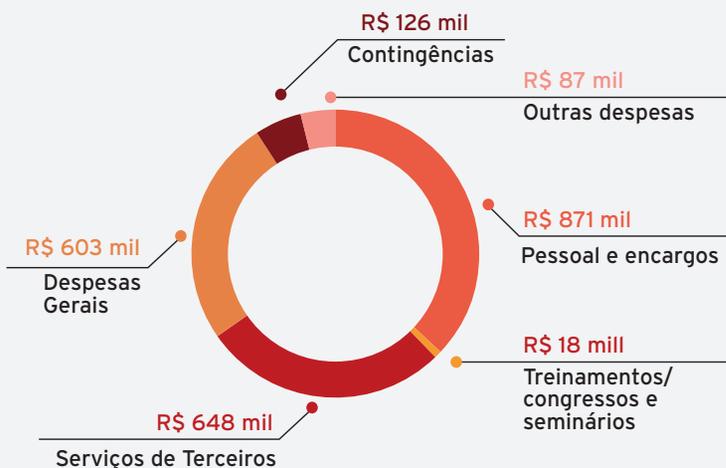
Política de Investimentos

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).

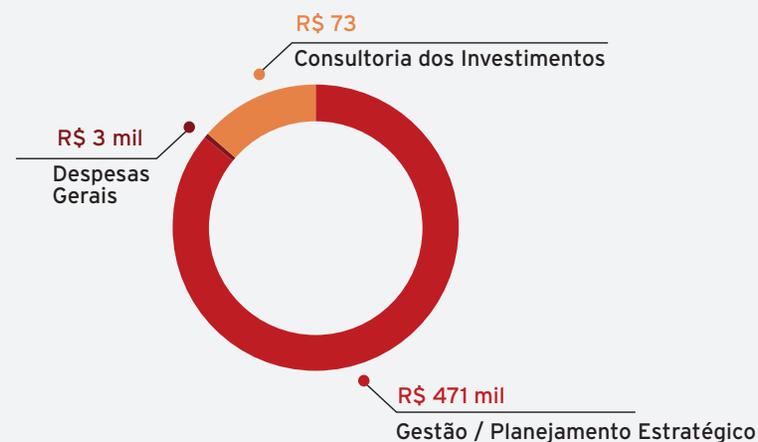
Informações sobre as despesas com a administração dos planos

Anualmente a Previ Novartis elabora o Plano de Gestão Administrativa - PGA, que estabelece o orçamento anual das despesas com a administração e gestão dos recursos dos planos, as quais são custeadas pelas patrocinadoras e pelos participantes (quando aplicável). O gasto total da Previ Novartis em 2012 foi de **R\$ 2,9 milhões**, sendo R\$ 2,4 milhões com a administração dos planos e R\$ 547 mil com os investimentos.

Distribuição das despesas administrativas



Distribuição das despesas com investimentos



Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva

Conselho Deliberativo

Presidente	Fabio Frochtengarten
Conselheira	Yara Carnevalli Baxter
Conselheira Representante dos Participantes	Corinna Iara Hoffmann
Conselheiro Representante dos Assistidos	Eduardo Ambrosini
Conselheiro Suplente	Ricardo Jimenez Maycot
Conselheiro Suplente	Paulo Sergio de Souza Rodrigues
Suplente Representante dos Participantes	Maria Denise Cibils
Suplente Representante dos Assistidos	Orlando Fongaro

Conselho Fiscal

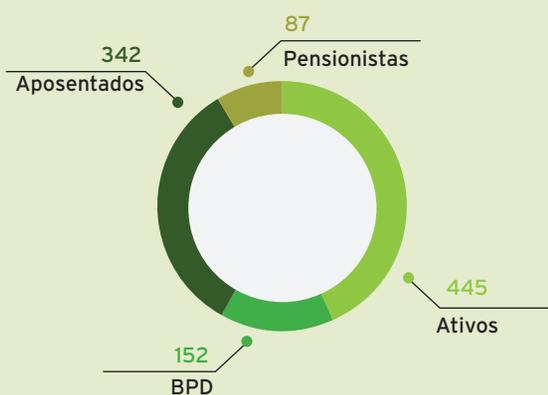
Presidente	Carlos Arnaldo Dal Secco Pagnano
Conselheiro	Davi Adamussi
Conselheiro Representante dos Participantes	Luciano de Barros Corradini
Conselheiro Representante dos Assistidos	Paulo Muradian
Suplente Representante dos Participantes	Gerson Correa Teixeira
Conselheira Suplente	Sara Gracinda da Silva Ramos
Conselheiro Suplente	Alexandre da Cunha Serpa
Suplente Representante dos Assistidos	Aléssio Antonio Landi

Diretoria Executiva

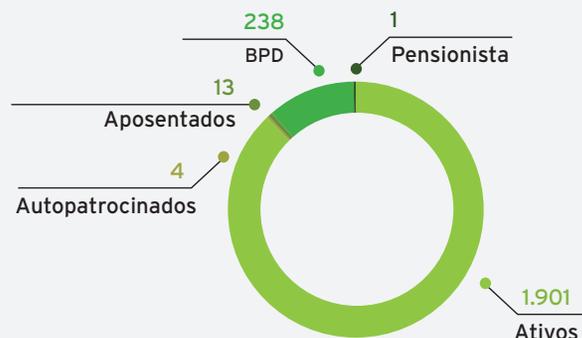
Diretor - Presidente	Victor Andre Figueira de Oliveira
Diretor	Mucio de Campos Maia Neto
Diretora	Isabella Aita Maciel de Sá
Diretor	Marcio Roberto Amendola

Perfil dos Participantes

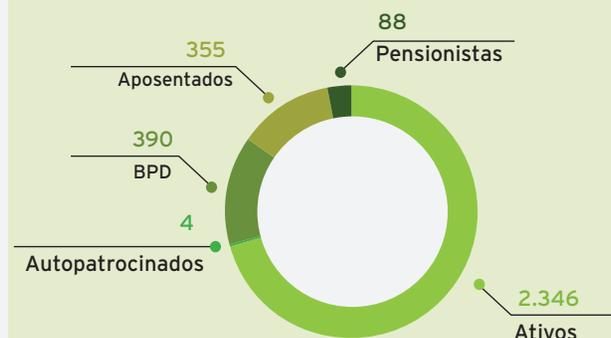
Em dezembro de 2012 a Previ Novartis contava com **3.183 participantes entre ativos e assistidos**. Veja nos gráficos abaixo a distribuição por tipo de participação: Para o seu entendimento, esclarecemos que participantes ativos representam os atuais empregados das empresas patrocinadoras, participantes autopatrocinados os empregados que se desligaram da empresa e continuam participando do plano, realizando as suas contribuições e as contribuições da patrocinadora e, participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido, os empregados que se desligaram da empresa e continuam no plano aguardando a elegibilidade para receber o benefício proporcional.



Plano A



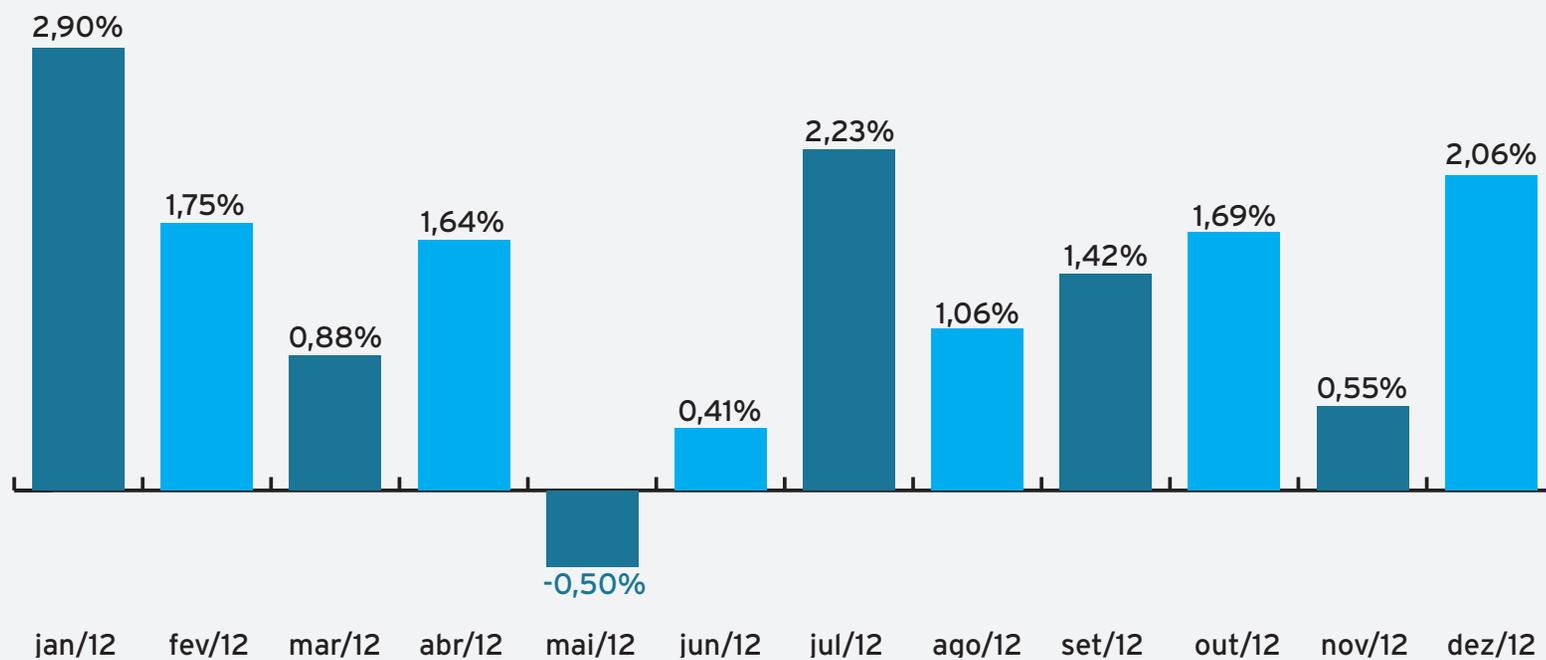
Plano D



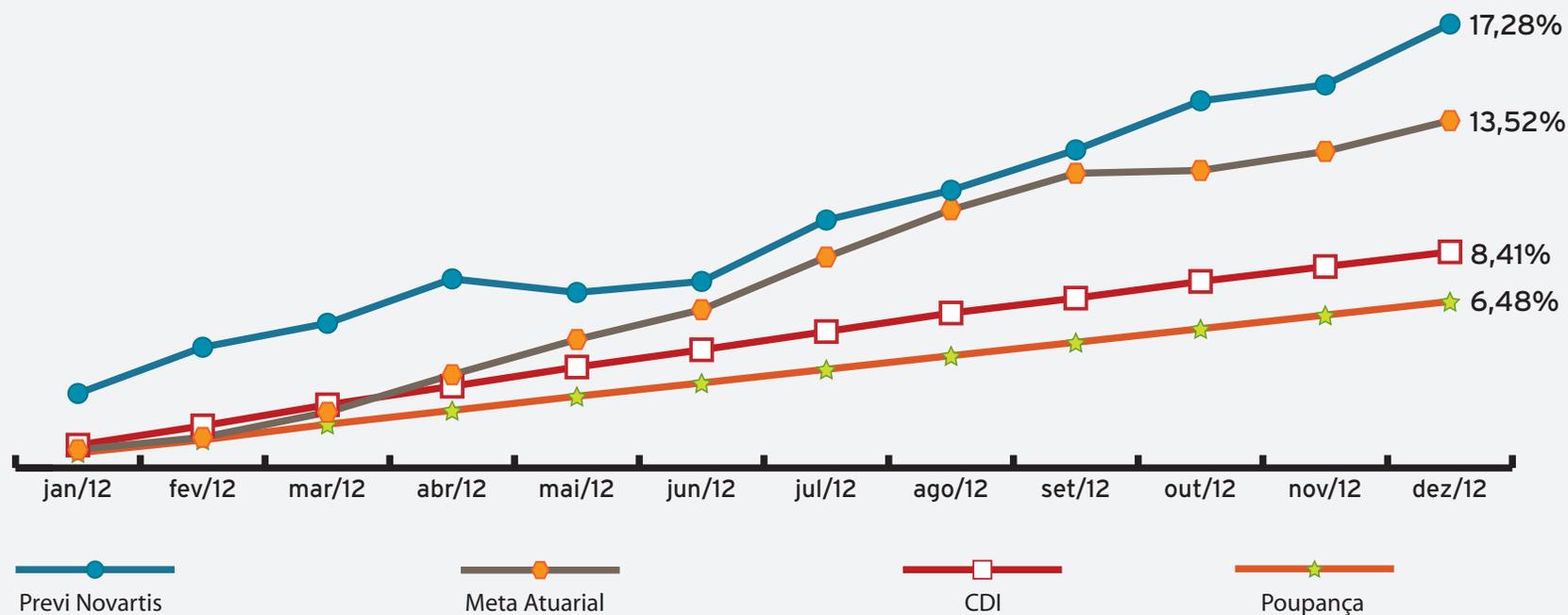
Total

Rentabilidade Mensal

A rentabilidade mensal dos investimentos corresponde aos ganhos das aplicações financeiras líquidas das despesas com a gestão dos investimentos.



Rentabilidade Acumulada em 2012 comparada com índices de mercado



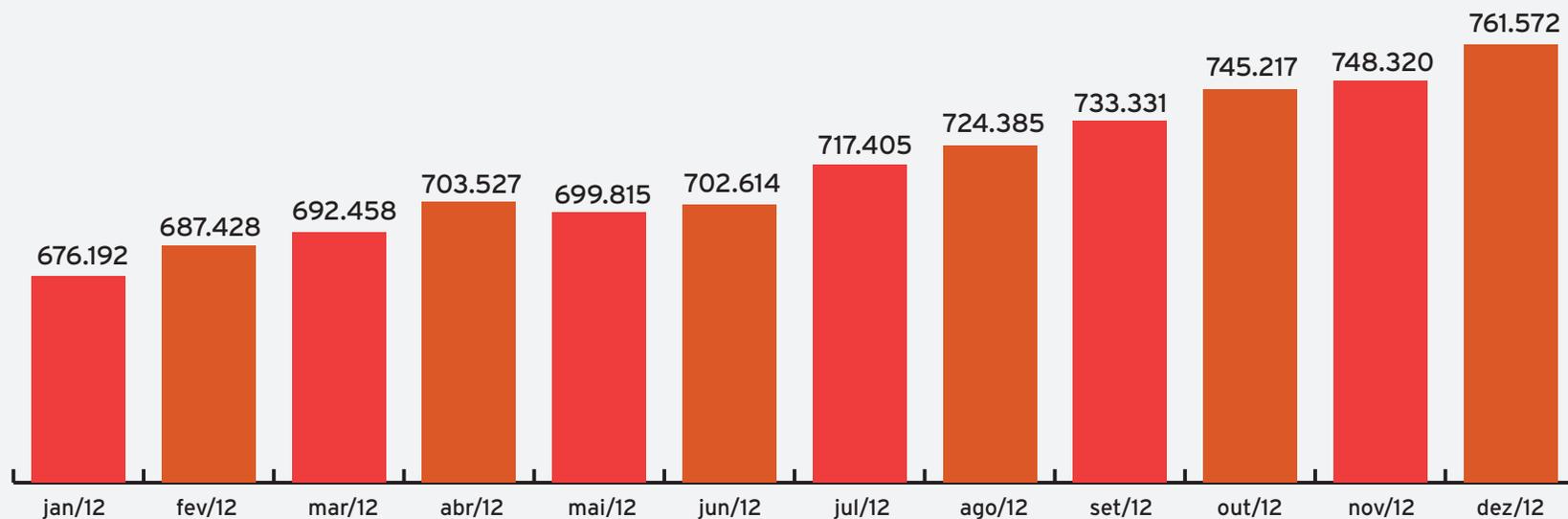
Meta atuarial: rentabilidade mínima esperada dos investimentos da Previ Novartis para garantir o cumprimento dos compromissos futuros com os participantes. No ano de 2012 a meta atuarial foi definida pela variação do IGP-DI acrescida da taxa anual de 5%.

CDI: Certificado de Depósito Interbancário. São títulos de emissão das instituições financeiras que lastreiam as operações do mercado interbancário.

Evolução do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é constituído de ativo (bens e direitos) menos o exigível operacional (benefícios a serem pagos e taxa de administração dos investimentos).

Valores apresentados em R\$ Mil



Balanço Patrimonial Consolidado

(em milhares de reais)

Ativo	2012	2011	Passivo	2012	2011
Disponível	698	470	Exigível operacional (Nota 7)	661	667
			Gestão previdencial	413	443
			Gestão administrativa	248	224
Realizável	761.558	657.915	Exigível contingencial (Nota 8)	23	443
Gestão previdencial (Nota 4)	1.419	1.532	Gestão previdencial	12	12
Gestão administrativa (Nota 5)	124	86	Gestão administrativa	11	431
Investimentos (Nota 6)	760.015	656.297	Patrimônio social	761.572	657.275
Créditos privados e depósitos	136	98	Patrimônio de cobertura do plano	653.619	545.865
Fundos de investimentos	759.843	656.199	Provisões matemáticas (Nota 9)	649.797	543.705
Derivativos	36	-	Benefícios concedidos	312.854	265.494
			Benefícios a conceder	344.144	285.941
			(-) Provisões matemáticas a constituir	(7.201)	(7.730)
			Equilíbrio técnico (Nota 10)	3.822	2.160
			Resultados realizados	3.822	2.160
			Superávit técnico acumulado	3.822	2.160
			Fundos	107.953	111.410
			Fundos previdenciais	106.500	109.736
			Fundos administrativos	1.453	1.674
Total do ativo	762.256	658.385	Total do passivo	762.256	658.385

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente

CPF nº 082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ

CPF nº 064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador

CRC nº 1SP212407/O-5

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

(em milhares de reais)

Descri�o	2012	2011	Varia�o - %
A - Patrimônio social - início do exercício	657.275	624.011	5,3
1 - Adi�es	138.614	76.151	82,0
(+) Contribui�es previdenciais	21.311	21.763	(2,1)
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	114.623	52.451	118,5
(+) Receitas administrativas	2.439	1.733	40,7
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão administrativa	241	204	18,1
2 - Destina�o	(34.317)	(42.887)	(20,0)
(-) Benefícios	(29.312)	(36.833)	(20,4)
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(2.097)	(3.180)	(34,1)
(-) Despesas administrativas	(2.779)	(2.703)	2,6
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão administrativa	(3)	(38)	(94,7)
(-) Constitui�o de contingenciais - gestão administrativa	(126)	(134)	(6,0)
3 - Acréscimo/decréscimo no patrimônio social (1+2)	104.297	33.264	213,5
(+/-) Provisão matemática	106.092	30.901	243,3
(+/-) Superávit/d�fict técnico do exercício	1.662	(2.602)	(163,9)
(+/-) Fundos previdenciais	(3.236)	5.903	(154,8)
(+/-) Fundos administrativos	(221)	(938)	(76,4)
B - Patrimônio social - final do exercício (A+3)	761.572	657.275	15,9

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente

CPF n  082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ

CPF n  064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador

CRC n  1SP212407/O-5

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

(em milhares de reais)

Descrição	2012	2011	Variação - %
A - Fundo administrativo do exercício anterior	1.676	2.612	(35,8)
1 - Custeio da gestão administrativa	2.680	1.936	41,2
1.1 - Receitas	2.680	1.936	41,2
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.892	1.238	52,8
Custeio administrativo dos investimentos	547	495	10,5
Resultado positivo dos investimentos	241	203	18,7
2 - Despesas administrativas	(2.900)	(2.834)	2,3
2.1 - Administração previdencial	(2.351)	(2.339)	0,6
Pessoal e encargos	(871)	(689)	26,4
Treinamentos/congressos e seminários	(18)	(10)	80,0
Viagens e estadias	(1)	-	100,0
Serviços de terceiros	(648)	(940)	(31,2)
Despesas gerais	(603)	(523)	15,1
Depreciações e amortizações	(1)	-	100,0
Contingências	(126)	(134)	(6,0)
Outras despesas	(85)	(43)	97,7
2.2 - Administração dos investimentos	(547)	(495)	10,5
Serviços de terceiros	(544)	(490)	11,0
Despesas gerais	(3)	(5)	(40,0)
3 - Resultado negativo dos investimentos	(3)	(38)	(94,7)
Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	(223)	(936)	(76,4)
4 - Reversão do fundo administrativo	(223)	(936)	(76,4)
B - Fundo administrativo do exercício atual (A+4)	1.453	1.676	(13,2)

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente

CPF nº 082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ

CPF nº 064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador

CRC nº 1SP212407/0-5

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Plano de Benefícios A

(em milhares de reais)

Descri�o	2012	2011	Variacão - %
A - Ativo líquido - início do exercício	574.630	553.899	3,7
1 - Adi�es	108.763	55.933	94,5
(+) Contribui�es	9.434	9.244	2,1
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	99.329	46.689	112,7
2 - Destina�es	(27.568)	(35.202)	(21,7)
(-) Benefícios	(26.054)	(31.938)	(18,4)
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(1.052)	(2.933)	(64,1)
(-) Custeio administrativo	(462)	(331)	39,6
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	81.195	20.731	291,7
(+/-) Provisões matemáticas	81.720	21.254	284,5
(+/-) Fundos previdenciais	(525)	(523)	0,2
(+/-) Superávit/déficit técnico do exercício	-	-	-
B - Ativo líquido - final do exercício	655.825	574.630	14,1
C - Fundos não previdenciais	280	454	(38,3)
(+/-) Fundos administrativos	280	454	(38,3)

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente

CPF n  082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ

CPF n  064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador

CRC n  ISP212407/O-5

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Plano de Benefícios D

(em milhares de reais)

Descri�o	2012	2011	Variacão - %
A - Ativo líquido - início do exercício	80.971	67.500	20,0
1 - Adic�es	29.063	19.452	49,4
(+) Contribui�es	13.769	13.690	0,6
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	15.294	5.762	165,4
2 - Destina�es	(5.740)	(5.981)	(4,2)
(-) Benefícios	(3.258)	(4.895)	(33,4)
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(1.045)	(247)	322,9
(-) Custeio administrativo	(1.437)	(839)	70,4
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	23.323	13.471	73,1
(+/-) Provisões matemáticas	24.373	9.647	152,6
(+/-) Fundos previdenciais	(2.712)	6.426	(142,2)
(+/-) Superávit/déficit técnico do exercício	1.662	(2.602)	(163,9)
B - Ativo líquido - final do exercício	104.294	80.971	28,8
C - Fundos não previdenciais	1.173	1.220	(3,9)
(+/-) Fundos administrativos	1.173	1.220	(3,9)

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente

CPF n  082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ

CPF n  064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador

CRC n  ISP212407/O-5

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Plano de Benefícios A

(em milhares de reais)

Descrição	2012	2011	Variação - %
1 - Ativos	656.519	575.489	14,1
Disponível	555	375	48,0
Recebível	1.100	1.251	(12,1)
Investimento	654.864	573.863	14,1
Créditos privados e depósitos	117	87	34,5
Fundos de investimentos	654.715	573.776	14,1
Derivativos	32	-	100,0
2 - Obrigações	413	405	2,2
Operacional	401	393	2,3
Contingencial	12	12	-
3 - Fundos não previdenciais	280	454	(38,3)
Fundos administrativos	280	454	(38,3)
4 - Ativo líquido (1-2-3)	655.825	574.630	14,1
Provisões matemáticas	559.872	478.152	17,1
Fundos previdenciais	95.953	96.478	(0,5)

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente

CPF nº 082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ

CPF nº 064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador

CRC nº 1SP212407/O-5

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Plano de Benefícios D

(em milhares de reais)

Descrição	2012	2011	Variação - %
1 - Ativos	105.479	82.241	28,3
Disponível	87	91	(4,4)
Recebível	1.772	1.955	(9,4)
Investimento	103.620	80.195	29,2
Créditos privados e depósitos	19	11	72,7
Fundos de investimentos	103.597	80.184	29,2
Derivativos	4	-	100,0
2 - Obrigações	12	50	(76,0)
Operacional	12	50	(76,0)
3 - Fundos não previdenciais	1.173	1.220	(3,9)
Fundos administrativos	1.173	1.220	(3,9)
4 - Ativo líquido (1-2-3)	104.294	80.971	28,8
Provisões matemáticas	89.925	65.553	37,2
Superávit técnico	3.822	2.160	76,9
Fundos previdenciais	10.547	13.258	(20,4)

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente

CPF nº 082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ

CPF nº 064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador

CRC nº 1SP212407/O-5

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício

Plano de Benefícios A

(em milhares de reais)

Descrição	2012	2011	Variação - %
Patrimônio de cobertura do plano (1)	559.872	478.152	17,1
1 - Provisões matemáticas	559.872	478.152	17,1
1.1 - Benefícios concedidos	311.810	264.735	17,8
Contribuição definida	57.558	49.287	16,8
Benefício definido	254.252	215.448	18,0
1.2 - Benefícios a conceder	255.263	221.147	15,4
Contribuição definida	247.837	214.568	15,5
Saldo de conta - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	135.250	117.236	15,4
Saldo de conta - parcela participantes	112.587	97.332	15,7
Benefício definido	7.426	6.579	12,9
1.3 - (-) Provisões matemáticas a constituir	(7.201)	(7.730)	(6,8)
(-) Serviço passado	(7.201)	(7.730)	(6,8)
(-) Patrocinadores	(7.201)	(7.730)	(6,8)

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente
CPF nº 082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ
CPF nº 064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador
CRC nº 1SP212407/O-5

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício

Plano de Benefícios D

(em milhares de reais)

Descrição	2012	2011	Variação - %
Patrimônio de cobertura do plano (1+2)	93.748	67.713	38,4
1 - Provisões matemáticas	89.926	65.553	37,2
1.1 - Benefícios concedidos	1.044	759	37,5
Contribuição definida	41	55	(25,5)
Benefício definido	1.003	704	42,5
1.2 - Benefícios a conceder	88.882	64.794	37,2
Contribuição definida	78.598	56.859	38,2
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	32.862	24.715	33,0
Saldo de contas - parcela participantes	45.736	32.144	42,3
Benefício definido	10.284	7.935	29,6
2 - Equilíbrio técnico	3.822	2.160	76,9
2.1 - Resultados realizados	3.822	2.160	76,9
Superávit técnico acumulado	3.822	2.160	76,9
Reserva de contingência	2.822	2.160	30,6
Reserva para revisão de plano	1.000	-	100,0

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente
CPF nº 082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ
CPF nº 064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador
CRC nº 1SP212407/O-5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

1- Contexto operacional

A Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada (“Previ Novartis”) é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 20 de abril de 1988, de acordo com a autorização de funcionamento por tempo indeterminado concedida pela Portaria nº 4.214 do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPS), e em conformidade com a Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001. A Portaria Ministerial nº 5.178, de 4 de maio de 1999, autorizou a incorporação do Instituto Sandoz de Seguridade Social pela Entidade.

A Entidade tem como objeto a administração de planos de benefícios, de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

Os planos de benefícios administrados pela Entidade, conforme Resolução nº 16, de 22 de novembro de 2005, são:

- Plano A - CNPB 19.970.013-65 - tipo de plano - contribuição variável (em extinção desde 26 de fevereiro de 2002, portanto está fechado para novas adesões);
- Plano D - CNPB 20.020.0001-74 - tipo de plano - contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2012, as patrocinadoras solidárias dos Planos de Benefícios A e D são:

- Novartis Biociências S.A.;
- Novartis Saúde Animal Ltda.;
- Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada;
- Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda.

2- Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 2012 da Previ Novartis estão sendo apresentadas em atendimento à legislação vigente das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CGPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução SNPC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) reflete o ciclo operacional de longo prazo, inerente à sua atividade, de forma que a apresentação de ativos, passivos e resultados, estejam segregados e destacados em gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais transparentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

3- Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são os seguintes:

(a) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

(b) Realizável - gestão previdencial e administrativa

Os realizáveis da gestão previdencial são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(c) Realizável - investimentos

Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e da Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - registram-se os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

- Títulos mantidos até o vencimento - registram-se os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

A administração da Previ Novartis classificou seus títulos e valores mobiliários em “títulos para negociação”, adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer para o vencimento do título na data de aquisição, contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.

No período em análise não ocorreram reclassificações dos títulos descritos como “Títulos para negociação” para “mantidos até o vencimento”.

Sob o título de programa de investimentos, no ativo realizável, estão incluídas as aplicações, as quais estão assim classificadas:

(i) Renda fixa

Cotas de fundos de investimentos de renda fixa - estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

(ii) Renda variável

Cotas de fundos de renda variável - estão registradas ao valor de custo acrescido/reduzido dos rendimentos/desvalorizações incorridos até as datas dos balanços, com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

(d) Exigível operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços de terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

(e) Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionadas no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

(f) Exigível contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Previ Novartis. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de perda determinada pelos advogados dos processos, além do seguinte critério:

- Efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem.

(g) Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

(h) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de perda foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

(i) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido destina-se à evidenci o das altera es do ativo líquido da entidade fechada de previdência complementar, no exercício a que se referir.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

(j) Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, que corresponde à parte do ativo destinado à cobertura dos benefícios futuros e do exigível contingencial, se houver.

(k) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Previ Novartis utiliza o seguinte critério:

- Receitas - alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos.
- Despesas específicas - alocadas diretamente ao plano que as originou.
- Despesas comuns - utilização de critério de rateio que leva em consideração mensalmente os seguintes critérios: (i) investimentos é determinado em função da participação do patrimônio de cada plano em relação ao patrimônio total da Entidade; (ii) gestão administrativa (despesas) é determinado em função do número de participantes de cada plano em relação do número total de participantes.

(l) Receitas administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Previ Novartis são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

4- Realizável da gestão previdencial

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são apresentados a seguir:

(a) Plano A

	2012	2011
Gestão previdencial	820	797
Recursos a receber	621	626
Contribuições do mês	621	626
Patrocinador(es)	364	353
Participantes	257	273
Adiantamentos	9	-
Outros realizáveis	190	171

(b) Plano D

	2012	2011
Gestão previdencial	599	735
Recursos a receber	548	734
Contribuições do mês	548	734
Patrocinador(es)	89	396
Participantes	457	338
Autopatrocínados	2	-
Adiantamentos	1	1
Outros realizáveis	50	-

5- Realizável da gestão administrativa

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

Plano de Gestão Administrativa	2012	2011
Gestão administrativa	124	86
Contas a receber	124	86
Contribuição para custeio	124	75
Outros recursos a receber - imposto de renda	-	11

A Entidade administra dois planos de benefícios e adotou o critério de segregação virtual dos balancetes em função das suas operações serem consideradas comuns para os planos de benefícios. O critério de rateio utilizado mensalmente na gestão administrativa (despesas) é determinado em função do número de participantes de cada plano em relação do número total de participantes.

6- Realizável dos investimentos

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são apresentados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

(a) Plano A

	2012	2011
Investimentos	654.864	573.863
Créditos privados e depósitos	117	87
Companhias fechadas	117	87
Fundos de investimentos	654.715	573.776
Renda fixa	508.330	449.879
Ações	146.385	123.897
Derivativos	32	-
Opções de compra	32	-

(b) Plano D

	2012	2011
Investimentos	103.620	80.195
Créditos privados e depósitos	19	11
Companhias fechadas	19	11
Fundos de investimentos	103.597	80.184
Renda fixa	80.434	65.338
Ações	23.163	14.846
Derivativos	4	-
Opções de compra	4	-

(c) Plano de Gestão Administrativa

	2012	2011
Investimentos	1.531	2.239
Fundos de investimentos	1.531	2.239
Renda fixa	1.188	1.654
Ações	343	585

(d) Relação de fundos de renda fixa exclusivos

- Benefit Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- Ametista Previdenciário Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
- Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Lab

(e) Relação de Fundos de Ações

- BRAM Fundo de Investimento em Ações IBrX Ativo
- Itaú Previdência IBrX - Fundo de Investimento em Ações
- Legg Mason Prev IBrX Ativo Ações Fundo de Investimento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

(f) Administração e custódia dos investimentos

A carteira de investimentos da Entidade é administrada por terceiros. A custódia dos títulos e valores mobiliários é efetuada pelos agentes custodiantes contratados segundo a Política de Investimentos de 2012, sendo estes:

- BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
- Banco Itaú Unibanco S.A.
- Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(g) Composição e avaliação pelo valor de mercado - títulos e valores mobiliários

	Valor de mercado					
	Plano A		Plano D		PGA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Títulos para negociação						
Créditos privados e depósitos	117	87	19	11	-	-
Cotas de fundos de investimentos	654.715	573.776	103.597	80.184	1.531	2.240
	654.832	573.863	103.616	80.195	1.531	2.240

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Entidade não possuía títulos classificados como mantidos até o vencimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

7- Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são assim demonstrados:

(a) Plano A

	2012	2011
Exigível operacional	401	393
Gestão previdencial	401	393
Retenções a recolher	401	390
Outras exigibilidades	-	3

(b) Plano D

	2012	2011
Exigível operacional	12	50
Gestão previdencial	12	50
Retenções a recolher	12	50

(c) Plano de Gestão Administrativa

	2012	2011
Gestão administrativa	248	224
Contas a pagar	238	197
Retenções a recolher	10	27

8- Exigível contingencial

O exigível contingencial em 2012 e 2011 possui a seguinte composição:

(a) Plano A

	2012	2011
Exigível contingencial	12	12
Gestão previdencial	12	12
Provisão de benefícios	12	12

(b) Plano de gestão administrativa

	2012	2011
Exigível contingencial	11	431
Gestão administrativa	11	431
Provisão PIS e COFINS	11	431

Em 31 de dezembro de 2012, a posição dos processos judiciais/ administrativos ajuizados em nome da Previ Novartis é:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

Objeto	Origem	Objeto	Andamento	Possibilidade de perda
Imposto de renda	6ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo	Cobrança de IRPJ, com base na Certidão de Inscrição em Dívida Ativa nº 80 2 06 088211-26 (nº do processo administrativo 10880 597924/20006-13).	Após citação, o réu alegou pagamento do suposto débito de IRPJ. A União requereu a concessão de prazo suplementar para verificação do correspondente processo administrativo, pelo órgão competente, nos termos do inciso VIII do artigo 149 do Código Tributário Nacional. Determinou-se expedição de ofício à Receita Federal, para análise conclusiva do processo administrativo. Em resposta, a Delegacia da Receita Federal opinou pela manutenção da inscrição do suposto débito em Dívida Ativa da União. Apresentada Carta de Fiança Bancária em garantia do suposto crédito fiscal. A Fazenda aceitou expressamente a garantia apresentada. Opostos Embargos do Devedor (nº 0033016-18.2011.403.6182), que pendem de julgamento. Garantia: Carta de Fiança Bancária de nº 1-52134-4, no valor de R\$ 665.665,33 e que tem como fiador o Banco Itaú Unibanco S.A.	Possível
PIS/COFINS	4ª Vara da Justiça Federal Cível da Subseção Judiciária de São Paulo - SP	A concessão de liminar, a fim de que a autora não seja compelida ao recolhimento de PIS e COFINS, nos moldes instituídos pela Lei nº 9.718/1998, eis que eivada de inconstitucionalidades.	Concedeu-se medida liminar. Inconformada, a Fazenda Nacional interpôs Agravo de Instrumento, processo nº 2008.03.00.002397-5, objetivando a reforma da decisão e a concessão de efeito suspensivo ao recurso. A concessão da liminar foi mantida e o Agravo convertido na modalidade retida. Inumado, o Ministério Público opinou pelo prosseguimento do feito. Julgada procedente a demanda em questão, a segurança foi concedida em definitivo, para reconhecer a inexistência de relação jurídica tributária que obrigue a autora ao recolhimento do PIS e COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/1998, bem como para aplicar a base de cálculo trazida pelas Leis nºs 7/1970 e 70/1991. A Fazenda Nacional apelou, sendo certo que o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do apelo. A apelação foi parcialmente provida para exigir o PIS e a COFINS sobre todas as receitas decorrentes do objetivo social da empresa. Opostos embargos declaratórios pela União Federal, o qual não foi reconhecido. Em 17 de fevereiro de 2012 interpostos Recursos Extraordinário e Especial em nome da empresa, os quais pendem de julgamento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de depósitos judiciais totalizava R\$ 546.042,25.	Possível
PIS/COFINS	20ª Vara Federal de São Paulo	Pedido de Restituição perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, de receitas que não deveriam compor a base de cálculo nas competências de janeiro de 2002 a dezembro de 2007.	Em 28 de março de 2012 foi proferido despacho, o qual desacolheu a preliminar relativa à ausência de interesse de agir, rejeitou a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido e abriu prazo para especificação de provas a produzir. Já em 3 de abril de 2012, foi protocolada petição da autora, requerendo produção de prova pericial contábil/fiscal, com indicação de perito apto, bem como a intimação da ré para apresentação de cópia integral do processo administrativo. Valor atualizado da causa é de R\$ 697.478,59.	Possível

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

O procedimento adotado pela Entidade para provisão desses passivos contingenciais é efetuar a contabilização dos valores somente quando não existir comprovação oficial da quitação e/ou do pagamento do processo.

9- Provisões matemáticas

As reservas matemáticas em 2012 e 2011 são compostas da seguinte forma, segregadas por plano de benefícios previdenciais:

	2012	2011
Provisões matemáticas	649.797	543.705
Benefícios concedidos	312.854	265.494
Contribuição definida	57.599	49.342
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	255.255	216.152
Benefícios a conceder	344.144	285.941
Contribuição definida	326.435	271.427
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	372	410
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	17.337	14.104
Provisões matemáticas a constituir	(7.201)	(7.730)
Serviço passado	(7.201)	(7.730)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

10- Equilíbrio técnico

O resultado previdencial apurado no exercício social de 2012 e de 2011, apresentado no quadro a seguir:

	2012	2011
Equilíbrio técnico	3.822	2.160
Resultados realizados	3.822	2.160
Superávit técnico acumulado	3.822	2.160
Reserva de contingência	2.822	2.160
Reserva especial para revisão de plano	1.000	-

As principais hipóteses utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial foram as seguintes:

(a) Plano de Benefícios A

(i) Hipóteses financeiras

- Taxa real anual de juros - 4%
- Projeção do crescimento real de salário - 2%
- Projeção do crescimento real do benefício do INSS - 0%
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano - 0%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários - 100%
 - Benefícios do plano - 100%
 - Benefícios do INSS - 100%

(ii) Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade geral - AT - 2000 Basic desagradada, segregada por sexo
- Tábua de mortalidade de inválidos - RRB - 1983
- Tábua de entrada de invalidez - RRB - 1944 modificada
- Tábua de rotatividade - Experiência Novartis 2006-2011 desagradada em 80%

(b) Plano de Benefícios D

(i) Hipóteses financeiras

- Taxa real anual de juros - 4%
- Projeção do crescimento real de salário - 2%
- Projeção do crescimento real do benefício do INSS - 0%
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano - 0%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários - 100%
 - Benefícios do plano - 100%
 - Benefícios do INSS - 100%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

(ii) Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade geral - AT - 2000 Basic desagregada, segregada por sexo
- Tábua de mortalidade de inválidos - RRB - 1983
- Tábua de entrada de invalidez - RRB - 1944 modificada
- Tábua de rotatividade - Experiência Novartis 2006-2011 desagregada em 80%

Durante a Avaliação Atuarial do ano base de 2012, discutiu-se a respeito das premissas atuariais e o conjunto de hipóteses e métodos adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Previ Novartis e contam com o aval das patrocinadoras, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, pode ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa das patrocinadoras, a taxa real anual de juros é de 4,0% a.a. (5,0% a.a. em 2011). A referida redução na taxa real anual de juros gera aumento no Passivo Atuarial da Entidade, haja vista, que ao descontar os valores dos benefícios a Valor Presente a uma taxa de juros inferior, aumenta-se o valor das provisões. De qualquer forma, na Previ Novartis, utilizou-se recursos oriundos do Fundo Diferença de Inativos (R\$ 37,7 milhões), ação que mitigou e evitou aumento das provisões atuariais. O Fundo Diferença de Inativos foi criado com o objetivo de provisionar o ganho financeiro decorrente da diferença mensal entre a rentabilidade auferida pela parcela do patrimônio que lastreia a provisão

matemática de benefícios concedidos e a variação do índice de reajuste desses benefícios, neste caso, IGP-DI.

O ganho financeiro obtido vem sendo acumulado no Fundo de Diferença de Inativos de forma a proteger o plano e a própria entidade de quaisquer oscilações desfavoráveis que possam ocorrer no futuro nas provisões matemáticas de benefícios concedidos.

11- Rentabilidade da cota

A evolução do valor da cota do patrimônio da Entidade, bem como sua rentabilidade nos exercícios 2012 e 2011, são as seguintes:

Data	Ativo líquido	Valor da cota - reais	Rentabilidade no exercício -%	Meta atuarial (*) - %
31 de dezembro de 2012	760.119	267,725613	17,28	13,52
31 de dezembro de 2011	657.274	228,286799	8,07	10,26

(*) Meta atuarial - IGP-DI + 5% a.a.

12- Impostos e contribuições

A Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, regulamentada pela Instrução Normativa nº 126, de 25 de janeiro de 2002, do Secretário da Receita Federal, dispôs sobre o regime especial de tributação do imposto de renda incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras dos planos de benefícios de caráter previdenciário, a ser adotado por opção pelas pessoas jurídicas nelas expressamente identificadas, o qual poderia ser aplicável aos rendimentos produzidos a partir de 1º de setembro de 2001, se a opção por

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

esse regime especial fosse efetivada até o dia 31 de dezembro de 2001. Tendo por base o disposto nos referidos normativos, a Entidade: (a) optou, pelo Regime Especial de Tributação (RET), passando os rendimentos das aplicações financeiras produzidos a partir de 1º de setembro de 2001 a ser tributados à alíquota de 20%, limitado o imposto de renda efetivamente devido ao valor resultante da aplicação de percentual (12%) sobre o total das contribuições recebidas da patrocinadora e (b) optou pela anistia prevista no artigo 5º da referida MP, relativa à isenção de juros e multas sobre imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS devidos.

13- Outras informações

(a) No primeiro semestre de 2012, a Previ Novartis concluiu a implantação do novo sistema administrativo da Entidade, administrado pela empresa Itaú Soluções Previdenciárias finalizando o processo de substituição dos sistemas contábeis/financeiros e de controle dos participantes. Os prazos previstos no cronograma de implantação foram cumpridos, as bases de dados foram devidamente transferidas e todas as validações das rotinas e dados individuais foram satisfatoriamente realizadas.

(b) Durante o ano de 2012, a Previ Novartis submeteu a PREVIC proposta para alteração regulamentar do Plano de Benefícios D. Essa alteração visa padronizar os regulamentos da Entidade, propor nova idade de aposentadoria (50 anos de idade com cinco anos de serviço creditado) e novo índice de correção dos benefícios de renda vitalícia (invalidez e morte de assistido) de IGP-DI

para IPCA, além de tratar e deliberar sobre a destinação da reserva (superávit) do Plano de Benefícios D e adequar o regulamento para as novas adesões dos colaboradores advindos da Alcon, graças à integração entre as empresas Novartis e Alcon.

(c) Os estudos para integração dos Planos de Previdência da Alcon e Novartis foram concluídos durante o ano de 2012. Optou-se por alterar os regulamentos de ambas as Entidades, evitando a adesão duplicada dos participantes, além de garantir os direitos adquiridos ao longo do tempo no plano antigo da Alcon, aos novos colaboradores que passaram a serem funcionários da Novartis. As referidas alterações regulamentares foram e estão sendo conduzidas pela Previ Novartis. Através do recebimento da Nota nº 680/2012/CGAT/DITEC/PREVIC, Comando nº 356595986 e Juntada nº 359687197 estipulou-se a condição de “apto à aprovação” para a alteração do regulamento do plano de benefícios da Alcon. O Plano de Benefícios D da Previ Novartis ainda aguarda pronunciamento e aprovação por parte da PREVIC. Os novos colaboradores da Alcon poderão, a partir de janeiro de 2013 aderir ao Plano D da Previ Novartis, haja vista, que o Plano da Alcon, administrado pela MetLife, receberá contribuições vertidas ao plano até dezembro de 2012. Estima-se que 500 novos colaboradores realizem a adesão ao Plano da Previ Novartis no início de 2013.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - (em milhares de reais)

(d) Desde a competência julho de 2012, a Previ Novartis está promovendo aos participantes e patrocinadoras a destinação dos recursos decorrentes do superávit apresentado no Plano D nos últimos três anos. O tratamento dado ao superávit ocorreu nos termos da Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008. A referida norma determina a utilização destes recursos em favor dos participantes, dos assistidos e das patrocinadoras para redução ou suspensão de suas contribuições regulares ao plano. Os valores atribuídos aos participantes e patrocinadoras foram calculados pelo atuário externo, considerando-se a paridade contributiva existente no Plano de Benefícios D.

Victor Andre Figueira de Oliveira

Diretor-presidente

CPF nº 082.375.208-90

Mucio de Campos Maia Neto

Diretor-AETQ

CPF nº 064.357.868-44

Marcio Roberto Amendola

Contador

CPF nº 151.757.538-94

CRC nº 1SP212407/O-5

Informações sobre a Política de Investimentos

As informações a seguir aplicam-se aos Planos de Benefícios A e D e ao Plano de Gestão Administrativa da Previ Novartis.

Taxa mínima atuarial/índice de referência

Indexador por plano/segmento - período de referência:
1/2013 a 12/2013

Participação	Plano/segmento	Percentual indexador	Indexador	Taxa de juros
100,00%	Plano	100,00%	IGP-DI	4,00%
100,00%	Renda Fixa	100,00%	IMA Geral ex-C	0,00%
100,00%	Renda variável	100,00%	IBrX	0,00%

Documentação/responsáveis

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 29/12/2012

Administrador estatutário tecnicamente qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	Mucio de Campos Maia Neto	064.357.868-44	Diretor

Controle de Riscos

Risco de mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco legal

Associado a incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco operacional

Associado a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Alocação dos recursos

Período de referência: 1/2013 a 12/2013

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda fixa	70,00%	90,00%	82,50%
Renda variável	10,00%	25,00%	17,50%
Imóveis	0,00%	5,00%	0,00%

Observação: As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o estabelecimento na legislação das entidades fechadas de previdência complementar.

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? **Não**

Utiliza derivativos? **Sim**

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? **Sim**

Existência de sistemas de controles internos? **Não**

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? **Não**

Observação: Perfil de investimentos é um projeto prioritário para 2013.

Resumo do Demonstrativo de Investimentos

A seguir apresentamos o resumo do demonstrativo de investimentos dos Planos de Benefícios A e D e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Política de investimento

A Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada permite a aplicação dos seus recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóveis. Não há previsão para aplicação nos segmentos de operações com participantes, investimentos estruturados e investimentos no exterior.

Benchmark (objetivo dos investimentos)

Para renda fixa é utilizado o IMA;

Para renda variável é utilizado o índice IBrX; e

Para imóveis será utilizado o IGP-DI + 5% a.a.

Alocação de ativos em dezembro de 2012

Segmento	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	PGA
	R\$	R\$	R\$
Renda fixa	509.002.065,36	80.539.835,00	1.245.431,75
Renda variável	146.416.417,48	23.167.200,65	342.367,12
Total	655.418.482,84	103.707.035,65	1.587.798,87

Alocação de ativos em dezembro de 2011

Segmento	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	PGA
	R\$	R\$	R\$
Renda fixa	450.340.860,91	65.439.948,62	1.657.865,72
Renda variável	123.896.834,16	14.846.351,33	585.137,23
Total	574.237.695,07	80.286.299,95	2.243.002,95

Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Gestão por gestor

Nome do gestor	Valor (R\$)			% do montante terceirizado
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	PGA	
Western	234.354.359,76	37.081.950,81	567.740,45	35,79%
Itaú Unibanco	165.449.703,37	26.179.149,25	400.813,92	25,27%
Bradesco	254.985.421,53	40.346.409,04	617.720,70	38,94%
Total	654.789.484,66	103.607.509,11	1.586.275,08	100,00%

Rentabilidade do último mês

Nome do plano	RF	RV	Empréstimos	Imóveis	Total
Planos de Benefícios A e D e PGA	1,29%	4,85%	-	-	2,08%
CDI	0,53%	-	-	-	-
IMA	1,25%	-	-	-	-
IBovespa	-	6,05%	-	-	-
IBrX	-	4,78%	-	-	-
IBrX50	-	5,05%	-	-	-
IGP-DI + 5% a.a.	-	-	-	-	1,07%

Rentabilidade no ano

Nome do plano	RF	RV	Empréstimos	Imóveis	Total
Planos de Benefícios A e D e PGA	18,88%	13,14%	-	-	17,56%
CDI	8,40%	-	-	-	-
IMA	17,73%	-	-	-	-
IBovespa	-	7,40%	-	-	-
IBrX	-	11,55%	-	-	-
IBrX50	-	9,87%	-	-	-
IGP-DI + 5% a.a.	-	-	-	-	13,52%

Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Fundos de primeiro nível

Nome do fundo	CNPJ do fundo	Valor aplicado (R\$)		
		Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	PGA
Ametista Previdenciário RF - FI	01.631.246/0001-24	127.280.223,59	20.139.785,65	297.534,55
Benefit_FI	02.498.096/0001-95	181.725.107,46	28.754.700,52	424.806,75
Bradesco FIC de FI RF Lab	03.398.926/0001-75	199.325.259,03	31.539.605,12	465.949,46
Itau Previdência IBRX FIA	04.751.820/0001-76	38.069.878,52	6.023.867,42	88.993,43
IBRX AÇÕES	05.092.264/0001-36	52.624.262,14	8.326.834,52	123.016,25
BRAM FIA IBRX Ativo	09.564.065/0001-34	55.690.694,74	8.812.041,83	130.184,45
Total	-	654.715.425,48	103.596.835,06	1.530.484,89

Composição das carteiras administradas

Tipo de instrumento	Valor aplicado (R\$)		
	Plano de Benefícios A	Plano de Benefícios D	PGA
Disponível	554.205,94	87.131,46	56.973,33
Títulos privados	117.226,93	18.549,03	274,03
Opções	31.201,92	4.937,13	72,93
Valores a pagar/receber	422,54	-417,06	-6,34
Total	703.057,33	110.200,57	57.313,96

Auditoria de gestão

Nome	CNPJ	Pessoa responsável	Cargo
PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes	61.562.112/0001-20	Edilson Arisa Pereira	Sócio

Responsável pela aplicação de recursos

Nome	Telefone	E-mail
Mucio de Campos Maia Neto	(11) 5532-4410	mucio.maia@novartis.com

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/8/2012.

As empresas patrocinadoras do Plano A são: Novartis Biociências S/A., Novartis Saúde Animal Ltda., Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e Sandoz do Brasil Industria Farmaceutica Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2012.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da entidade e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela entidade aos participantes e respectivos beneficiários do Plano A.

O Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada encontra-se em extinção desde 26/2/2002.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo ofício 154 de 17/1/2011.

I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/8/2012
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	447
Idade média (em anos)	46,2
Tempo de serviço médio (em anos)	18,1
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	152

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	31/8/2012
Número de aposentados válidos	
Idade média (em anos)	67,57
Valor médio do benefício (em reais)	4.961,63
Número de aposentados inválidos ²	
Idade média (em anos)	60,94
Valor médio do benefício (em reais)	1.979,80
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	
Idade média (em anos)	57,51
Valor médio do benefício	4.574,06
Número de pensionistas (grupos familiares)	
Idade média (em anos)	63,03
Valor médio do benefício (em reais)	2.235,83

² Inclui 4 auxílios-doença há mais de 2 anos

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios A

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Previ Novartis e contam com o aval das patrocinadoras do Plano A, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2012	2011
Taxa real anual de juros	4,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,0% a.a.	2,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
— Salários	100%	100%
— Benefícios do plano	100%	100%
— Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Tábua de Mortalidade Geral	AT - 2000 ¹⁾	AT - 2000 Basic
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB - 1944 modificada	RRB - 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência Novartis Plano A 2006 - 2011 desagravada em 80%	Experiência Novartis Plano A 2006 - 2010 desagravada em 90%

¹ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios A

Outras hipóteses	2012	2011
Probabilidade de aposentadoria	Aos 55 anos = 10%	Aos 55 anos = 10%
	Aos 56 anos = 30%	Aos 56 anos = 30%
	Aos 57 anos = 50%	Aos 57 anos = 50%
	Aos 58 anos = 70%	Aos 58 anos = 70%
	Aos 59 anos = 90%	Aos 59 anos = 90%
	Aos 60 anos = 100%	Aos 60 anos = 100%
Composição familiar		
— Benefícios concedidos ¹		
— Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
— Pensionistas	Composição informada	Composição informada
— Benefícios a conceder		
— Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
— Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
— Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioria é igual a $(55 - \text{idade do participante}) / 2$	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioria é igual a $(55 - \text{idade do participante}) / 2$

¹ Renda vitalícia

Foi realizado em 2011 o estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, que foi atualizada em 2012. Foram analisadas as seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Rotatividade e Projeção do Crescimento Real do Salário.

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios A

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, pode ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa das patrocinadoras, a taxa real anual de juros é de 4,0% a.a..

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% a.a. por considerar que essa taxa reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, de acordo com estudo de aderência realizado para essa hipótese.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais,

durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte e rotatividade da massa de participantes do Plano A, foi realizado um estudo de aderência de hipóteses.

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios A

Os resultados da análise de aderência de hipóteses realizada indicaram a necessidade de alteração da tábua de mortalidade geral para AT - 2000 Basic suavizada em 10% e da tábua de rotatividade para Experiência Novartis Plano A 2006 - 2011 desagravada em 80%, e a manutenção das demais hipóteses adotadas em 2011.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime Financeiro: Capitalização
- Métodos:
 - Capitalização Financeira - Aposentadoria Normal, Antecipada, parcela de contribuição definida da Incapacidade, Benefício Proporcional Diferido, parcela de contribuição definida da Pensão por Morte e Resgate de Contribuições;
 - Crédito Unitário Projetado - Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte.

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

III - Patrimônio Social

Com base no Balanço da Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada, o Patrimônio Social do Plano A em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 655.982.444,18.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada.

IV - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios A

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	559.871.959,65
Provisões Matemáticas	559.871.959,65
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>311.809.565,95</i>
Contribuição Definida	57.557.800,61
Saldo de Conta de Assistidos	57.557.800,61
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	254.251.765,34
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	211.207.929,14
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	43.043.836,20
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>255.263.204,32</i>
Contribuição Definida	247.837.250,16
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	135.250.143,98
Saldo de Contas - Parcela Participantes	112.587.106,18
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.535,68
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.537,78
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(2,10)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	7.422.418,48
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	10.314.637,78
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(2.892.219,30)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>(7.200.810,62)</i>
Serviço Passado	(7.200.810,62)
Patrocinador(es)	(7.200.810,62)
Participantes	0,00
Equilíbrio Técnico	0,00
<i>Resultados Realizados</i>	<i>0,00</i>
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	96.110.484,53
Fundo Previdencial	95.830.130,91
Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	81.175.788,08
Outros - Previstos em Nota Técnica Atuarial (Fundo Diferença de Inativos)	14.654.342,84
Fundo Administrativo	280.353,62

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios A

O Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não utilizadas no cálculo dos benefícios e pode ser utilizado conforme deliberação do Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável.

O Fundo Diferença de Inativos foi criado com o objetivo de provisionar o ganho financeiro decorrente da diferença mensal entre a rentabilidade auferida pela parcela do patrimônio que lastreia a provisão matemática de benefícios concedidos e a variação do índice de reajuste desses benefícios, neste caso, IGP-DI. O ganho financeiro obtido vem sendo acumulado no Fundo de Diferença de Inativos de forma a proteger o plano e a própria entidade de quaisquer oscilações desfavoráveis que possam ocorrer no futuro nas provisões matemáticas de benefícios concedidos.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2012.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	559.871.959,65	529.841.188,93	5,67%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>311.809.565,95</i>	<i>281.502.332,85</i>	<i>10,77%</i>
Contribuição Definida	57.557.800,61	57.557.800,05	-
Benefício Definido	254.251.765,34	223.944.532,80	13,53%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>255.263.204,32</i>	<i>255.539.666,70</i>	<i>(0,11%)</i>
Contribuição Definida	247.837.250,16	247.837.250,16	-
Benefício Definido	7.425.954,16	7.702.416,54	(3,59%)
<i>Provisões Matemáticas a Constituir</i>	<i>(7.200.810,62)</i>	<i>(7.200.810,62)</i>	-

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios A

O aumento da provisão matemática de benefícios concedidos relativa ao benefício definido deve-se à redução da taxa real anual de juros de 5% a.a. em 2011 para 4,00% a.a. em 2012 e à alteração da tábua de mortalidade geral de AT-2000 Basic para AT-2000 Basic suavizada em 10%.

As variações da provisão matemática de benefícios a conceder relativa ao benefício definido deve-se à redução na massa de participantes ativos, a redução da taxa real anual de juros de 5,0% a.a. em 2011 para 4,0% a.a. em 2012, à alteração da tábua de mortalidade geral, a alteração da tábua de rotatividade e o fato de não haver ingresso de novos participantes, uma vez que o Plano se encontra em extinção.

Desta forma, concluímos que os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2013, as contribuições equivalentes a 4,87% da folha de salários de participantes, sendo 0,87% correspondente ao benefício mínimo de aposentadoria, aos benefícios de incapacidade e pensão por morte e 3,04% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado e 0,96% para cobertura das despesas administrativas.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas, em 10,40% da folha de salários de participantes (contribuição normal).

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, o Fundo de Reversão será utilizado, durante o ano de 2013, para financiar mensalmente 50% da contribuição Normal de patrocinadora.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é de 5 anos e 11 meses, contados a partir de 31/8/2012.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 6,93% da folha de salários de participantes (contribuição básica).

Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios A

Assim, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/1/2013)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Invalidez e Morte	0,87%	0,82%
Serviço Passado	3,04%	2,95%
Contribuição Total dos Patrocinadores	3,91%	3,77%

VII - Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

.....

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013.

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira

MIBA nº 889

Adriana Gomes Rodrigues

MIBA nº 992

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

O Fundo de Retirada da Gerber, na ordem de R\$ 171 mil, não está contido nos números informados neste parecer.

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 do Plano D da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/8/2012.

As empresas patrocinadoras do Plano D são: Novartis Biociências S/A., Novartis Saúde Animal Ltda., Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e Sandoz do Brasil Industria Farmaceutica Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2012.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da entidade e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela entidade aos participantes e respectivos beneficiários do Plano D.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo ofício nº 3.351 de 05/9/2007.

I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/8/2012
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	1.892
Idade média (em anos)	34,4
Tempo de serviço médio (em anos)	4,2
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	214

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	31/8/2012
Número de aposentados válidos	1
Idade média (em anos)	59,75
Valor médio do benefício (em reais)	1.714,97
Número de aposentados inválidos ²	7
Idade média (em anos)	36,82
Valor médio do benefício (em reais)	333,96
Número de pensionistas (grupos familiares)	1
Idade média (em anos)	48
Valor médio do benefício (em reais)	1.803,75

² Inclui 4 auxílios-doença há mais de 2 anos

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Previ Novartis e contam com o aval das patrocinadoras do Plano D, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2012	2011
Taxa real anual de juros	4,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,0% a.a.	2,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	100%	100%
– Benefícios do plano	100%	100%
– Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Tábua de Mortalidade Geral	AT - 2000 ⁽¹⁾	AT - 2000 Basic
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB - 1944 modificada	RRB - 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência Novartis Plano D 2006 - 2011 desagradada em 80%	Experiência Novartis Plano D 2006 - 2010 desagradada em 90%

¹ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

Outras hipóteses	2012	2011
Probabilidade de aposentadoria	Aos 55 anos = 10% Aos 56 anos = 30% Aos 57 anos = 50% Aos 58 anos = 70% Aos 59 anos = 90% Aos 60 anos = 100%	Aos 55 anos = 10% Aos 56 anos = 30% Aos 57 anos = 50% Aos 58 anos = 70% Aos 59 anos = 90% Aos 60 anos = 100%
Composição familiar		
– Benefícios concedidos ¹		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Composição informada	Composição informada
– Benefícios a conceder		
– Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
– Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
– Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) /2	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) /2

¹ Renda vitalícia

Foi realizado em 2011 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, que foi atualizado em 2012. Foram analisadas as seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Rotatividade e Projeção do Crescimento Real do Salário.

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, pode ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa das patrocinadoras, a taxa real anual de juros é de 4,0% a.a..

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% a.a. por considerar que essa taxa reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, de acordo com estudo de aderência realizado para essa hipótese.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função

do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte e rotatividade da massa de participantes do Plano D, foi realizado um estudo de aderência de hipóteses.

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

Os resultados da análise de aderência de hipóteses realizada indicaram a necessidade de alteração da tábua de mortalidade geral para AT - 2000 Basic suavizada em 10% e da tábua de rotatividade para Experiência Novartis Plano D 2006 - 2011 desagravada em 80%, e a manutenção das demais hipóteses adotadas em 2011.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime Financeiro: Capitalização
- Métodos:
 - Capitalização Financeira - Aposentadoria Normal, Antecipada, parcela de contribuição definida da Incapacidade, Benefício Proporcional Diferido, parcela de contribuição definida da Pensão por Morte e Resgate de Contribuições;
 - Crédito Unitário Projetado - Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte.

O método atuarial, utilizado para a avaliação dos benefícios mínimos, incapacidade e pensão por morte, gera custos crescentes, porém este efeito pode ser minimizado caso haja um fluxo suficiente de novos entrados.

III - Patrimônio Social

Com base no Balanço da Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada, o Patrimônio Social do Plano D em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 105.419.000,64.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada.

IV - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	93.747.065,61
Provisões Matemáticas	89.925.287,69
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>1.044.494,74</i>
Contribuição Definida	41.008,70
Saldo de Conta de Assistidos	41.008,70
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.003.486,04
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.003.486,04
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>88.880.792,95</i>
Contribuição Definida	78.597.283,56
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	32.861.516,44
Saldo de Contas - Parcela Participantes	45.735.767,12
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	368.659,93
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.329.866,43
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(961.206,50)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	9.914.849,46
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	22.419.611,06
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(12.504.761,60)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Equilíbrio Técnico	3.821.777,92
<i>Resultados Realizados</i>	<i>3.821.777,92</i>
Superávit Técnico Acumulado	3.821.777,92
Reserva de Contingência	2.821.748,86
Reserva Especial para Revisão de Plano	1.000.029,06
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	11.671.935,03
Fundo Previdencial	10.499.320,11
Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	9.149.315,58
Revisão de Plano (Fundo Previdencial de Patrocinadoras - Reserva Especial)	99.396,95
Revisão de Plano (Fundo Previdencial de Participantes - Reserva Especial)	1.250.607,58
Fundo Administrativo	1.172.614,92

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

O Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar, de acordo com o Regulamento vigente do Plano de Benefícios D, é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não utilizadas no cálculo dos benefícios e pode ser utilizado conforme deliberação do Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável.

A revisão do Plano de Benefícios, conforme disposto no artigo 14 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10, de 19/12/2012, foi obrigatória em 2011 e a reserva especial foi integralmente destinada. Assim, foram constituídos os Fundos Previdenciais de Patrocinadoras e de Participantes para destinação e utilização obrigatória da Reserva Especial. Os Fundos Previdenciais de Patrocinadoras e Participantes estão sendo atualizados pelo retorno dos investimentos desde janeiro de 2012.

O "Fundo Previdencial de Patrocinadoras - Reserva Especial" foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2011 observada a proporção contributiva do período em que se deu a Reserva Especial conforme artigo 15 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10, de 19/12/2012, e teve por finalidade a redução da contribuição normal de patrocinadora para o Plano D desde a competência de julho/2012. Essas contribuições estão sendo creditadas pela reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento, observado o plano de custeio vigente.

O "Fundo Previdencial de Participantes - Reserva Especial" foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2011 observada a proporção contributiva do período em que se deu a Reserva Especial conforme artigo 15 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10, de 19/12/2012, e foi

atribuído aos participantes e assistidos do Plano D. Esse fundo foi segregado entre participantes e assistidos na proporção das suas reservas matemáticas individuais em 31/12/2011. A parcela atribuível aos participantes contribuintes está sendo utilizada para reduzir a contribuição básica desde a competência de julho/2012. A parcela atribuída aos participantes não contribuintes e BPD serão alocadas em contas individuais e a dos assistidos destinadas ao pagamento de um benefício adicional, em parcela única, após a aprovação da alteração regulamentar em análise na Previc.

Os fundos descritos acima foram apurados com base na proporção contributiva verificada nos anos de 2009, 2010 e 2011, em que se deu a Reserva Especial, equivalentes a 55,53% para as patrocinadoras e 44,47%, para os participantes e assistidos.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2012.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	89.925.287,69	90.007.932,17	(0,09%)
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>1.044.494,74</i>	<i>783.982,14</i>	<i>33,23%</i>
Contribuição Definida	41.008,70	41.008,70	-
Benefício Definido	1.003.486,04	742.973,44	35,06%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>88.880.792,95</i>	<i>89.223.950,03</i>	<i>(0,38%)</i>
Contribuição Definida	78.597.283,56	78.597.283,56	-
Benefício Definido	10.283.509,39	10.626.666,47	(3,23%)

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 89.925.287,69, 12,55% (R\$ 11.286.995,43) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e benefício mínimo. Os 87,45% restantes (R\$ 78.638.292,26) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Previ Novartis.

O aumento da provisão matemática de benefícios concedidos relativa ao benefício definido deve-se à redução da taxa real anual de juros de 5% a.a. em 2011 para 4,00% a.a. em 2012, à alteração da tábua de mortalidade geral de AT - 2000 Basic para AT - 2000 Basic suavizada em 10% e à nova concessão de pensão durante o ano de 2012.

Para o cálculo da provisão matemática de benefícios a conceder, a redução da taxa real anual de juros apresentou um aumento no passivo, porém a alteração da tábua de rotatividade para a Experiência Novartis Plano D 2006 - 2011 desagravada em 80% e alteração da tábua de mortalidade geral de AT - 2000 Basic para AT - 2000 Basic suavizada em 10%, que são hipóteses muito relevantes às características do plano, ocasionaram uma redução significativa no passivo.

Desta forma, concluímos que os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2013, as contribuições equivalentes a 2,36% da folha de salários de participantes, sendo 1,40% correspondente ao benefício mínimo, aos benefícios de incapacidade e pensão por morte, mais 0,96% para cobertura das despesas administrativas.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas, em 3,79% da folha de salários de participantes (contribuição normal).

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 3,79% da folha de salários de participantes (contribuição básica).

Autopatrocinaados

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar, além das suas contribuições individuais, as contribuições que seriam feitas pelas patrocinadoras, destinadas ao custeio de seu benefício, inclusive as contribuições para custeio das despesas administrativas.

Parecer Atuarial

Plano de Benefícios D

Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Assim, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/1/2013)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Invalidez e Morte	1,36%	1,31%
Benefício Mínimo	0,04%	0,03%
Contribuição Total dos Patrocinadores	1,40%	1,34%

VII - Conclusão

O aumento do Superávit no exercício de 2012 ocorreu devido ao ajuste na tábua de rotatividade além das oscilações favoráveis ocorridas no exercício. Este aumento ocasionou novamente o surgimento da reserva especial para revisão de plano.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano D da Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano se encontra solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

.....

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013.

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira

MIBA nº 889

Adriana Gomes Rodrigues

MIBA nº 992

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada

Examinamos as demonstrações financeiras da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

.....

São Paulo, 12 de março de 2013.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta

Contador CRC 1SP216397/O-5

Ata de Reunião do Conselho Fiscal

Dia: 12 de março de 2013

Local: Sede da Sociedade

Convocação: 25 de fevereiro de 2013

Horário: 15:00 horas

Conselho Fiscal:

Carlos Arnaldo Dal Secco Pagnano (Presidente)

Luciano de Barros Corradini

Davi Adamussi

Paulo Muradian

Diretores Presentes:

Victor Andre Figueira de Oliveira

Mucio de Campos Maia Neto

Marcio Roberto Amendola

Ordem do Dia:

Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2012 e 2011.

Mesa Diretora:

Carlos Arnaldo Dal Secco Pagnano (Presidente)

Luciano de Barros Corradini (Secretário)

Deliberações: Os membros do Conselho Fiscal da PREVI NOVARTIS - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA reuniram-se na sede da Sociedade, na Av. Prof. Vicente Rao, nº 90, Prédio 121, Sala de Finanças, em São Paulo, Capital, para deliberar sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2012 e 2011. Abertos os trabalhos e constituída a mesa diretora, o Sr. Presidente nomeou a mim, Luciano Corradini, como secretário, e informou aos presentes que a reunião objetivava submeter à deliberação dos Srs. Conselheiros as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2012 e 2011. Passando a ordem do dia, os Conselheiros examinaram as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2012 e 2011. Após amplo debate, o Conselho Fiscal confirmou que os registros contábeis, incluindo as contas bancárias e as aplicações financeiras encontram-se em perfeita ordem.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

.....
Carlos Pagnano
Presidente

Luciano Corradini
Secretário

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo

Dia: 12 de março de 2013

Local: Sede da Sociedade

Convocação: 25 de fevereiro de 2013

Horário: 16:00 horas

Conselho Deliberativo:

Fabio Frochtengarten (Presidente)

Yara Carnevalli Baxter

Corinna lara Hoffmann

Eduardo Ambrosini

Diretores Presentes:

Victor Andre Figueira de Oliveira

Mucio de Campos Maia Neto

Marcio Roberto Amendola

Ordem do Dia:

Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2012 e 2011 e Resultados Atuariais.

Mesa Diretora:

Fabio Frochtengarten (Presidente)

Corinna lara Hoffmann (Secretária)

Deliberações: Os membros do Conselho Deliberativo da PREVI NOVARTIS - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, reuniram-se na sede da Sociedade, na Av. Prof. Vicente Rao, nº 90, Prédio 121, Sala de Finanças, em São Paulo, Capital, para deliberar sobre a Ordem do Dia. Abertos os trabalhos e constituída a

Mesa Diretora, o Sr. Presidente nomeou a mim, Corinna lara Hoffmann, como secretária e informou aos presentes que a reunião havia sido convocada extraordinariamente para discutir e aprovar as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2012 e 2011 e os Resultados Atuariais. Passando a ordem do dia, foi colocado à disposição dos Srs. Conselheiros, para apreciação, as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas aos exercícios findos de 2012 e 2011, os Pareceres Atuariais, do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Após o exame dos documentos e a discussão do assunto foi aprovado por unanimidade dos presentes: (a) os cálculos atuariais cujo resultado está consignado nos Pareceres emitidos pela Towers Watson; (b) as Demonstrações Contábeis e Financeiras dos relativas aos exercícios findos de 2012 e 2011, as Notas Explicativas, os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes; (c) que a Diretoria-Executiva encaminhe os documentos ora aprovados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC**, dentro do prazo legal estabelecido por aquele órgão; (d) que a Diretoria-Executiva adote as providências necessárias para a divulgação das informações aos participantes conforme proposta da própria Diretoria.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

.....
Fabio Frochtengarten
Presidente

Corinna lara Hoffmann
Secretária



Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada.

Av. Professor Vicente Rao, 90 - Brooklin Paulista

São Paulo/SP - CEP 04636-000

www.previnovartis.com.br